CARTA DE MISSÃO¹

CARACTERIZAÇÃO GERAL

Ministério: Economia e Agricultura e Pescas

Serviço/Organismo: Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P.

Cargo: Presidente do Conselho Diretivo

Período de comissão de serviço: 5 anos renováveis por igual período

MISSÃO

O IPMA, I.P. é o laboratório de Estado tem por missão promover e coordenar a investigação científica, o desenvolvimento tecnológico, a inovação e a prestação de serviços nos domínios do mar e da atmosfera, assegurando a implementação das estratégias e políticas nacionais nas suas áreas de atuação, contribuindo para o desenvolvimento económico e social, sendo investido nas funções de autoridade nacional nos domínios da meteorologia, do clima, da sismologia, do geomagnetismo e da avaliação e aconselhamento à gestão dos recursos da pesca e dos ecossistemas marinhos.

PRINCIPAIS SERVIÇOS PRESTADOS

Os necessários à prossecução das atribuições previstas no Decreto-Lei n.º 68/2012, de 20 de março, na redação atual, que aprova a orgânica da Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P. (IPMA)

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

As grandes linhas estratégicas que determinam e moldam o desenvolvimento das atividades do IPMA, são determinadas pelos Ministros da Economia e da Agricultura e Pescas, alinhadas com o Programa do Governo, com as Grande Opções do Plano, bem como outros instrumentos, programas e estratégias aplicáveis.

OBJETIVOS A ATINGIR

São fixados como objetivos a atingir os aprovados nos instrumentos de planeamento e de gestão do IPMA, nomeadamente o Plano de Atividades e o Quadro de Avaliação e Responsabilização, onde se encontram devidamente quantificados, calendarizados e atualizados, tendo presente a missão do IPMA, os principais serviços prestados e as orientações estratégicas a prosseguir. Estes documentos podem ser consultados na internet em www.ipma.pt.

RECURSOS NECESSÁRIOS

Os objetivos definidos serão prosseguidos com os recursos humanos, financeiros e materiais afetos ao IPMA, I.P., sustentados em mapas de pessoal anualmente revistos em função dos objetivos operacionais e com os recursos financeiros e materiais adequados ao cumprimento desses mesmos objetivos, sendo avaliados numa perspetiva de economia, eficácia e eficiência:

- Promover uma cultura de excelência científica, em articulação com a comunidade científica nacional e internacional;

¹A carta de missão deve ser elaborada nos termos definidos no n.º 3 do artigo 18.º e no n.º 1 e n.º 2 do artigo 19.º-A do Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Pública (aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterado e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e alterado pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto e pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro).

- Promover a cooperação com os agentes económicos, contribuindo para a cadeia de valor nas áreas em que se enquadra a sua missão, aumentando, designadamente, os projetos de desenvolvimento científico e tecnológico em articulação com o setor privado, privilegiando a transferência de competências e tecnologia;
- Melhorar os recursos de apoio à missão, nomeadamente a infraestrutura tecnológica de observação e modelação meteorológica, geofísica e marinha, a capacidade de intervenção científica no oceano profundo, bem como a valorização dos Recursos Humanos;
- Aumentar a presença do IPMA, I.P., nos programas internacionais de investigação e desenvolvimento;
- Aumentar o alargamento da rede de cooperação internacional com instituições homólogas, em particular com países da CPLP e do Atlântico;
- Fortalecimento da rede colaborativa ao nível dos Centros de Investigação e laboratórios associados do sistema Científico e Tecnológico Nacional;
- Estruturação de Planos de Formação interna e externa, que concorram para a capacitação de quadros no contexto da cooperação para o desenvolvimento, em particular com países da CPLP, ou se tal concorrer para o aprofundamento e melhoria da missão do IPMA em articulação com a comunidade científica;
- Desenvolver processos de melhoria contínua, nomeadamente através da acreditação de laboratórios, certificação de serviços e da otimização e monitorização da estrutura organizacional e seus procedimentos.

OUTROS

A prossecução dos objetivos e serviços anteriormente elencados deve respeitar o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 64/2024, de 19 de abril, que aprova o Código de Conduta do Governo e que se aplica, com as devidas adaptações, a todos os dirigentes superiores da Administração Pública sob a direção do Governo.

Peł O Ministro da Economia

O Ministro da Agricultura e Pescas